

O papel da voz na EPT: entremeios materiais e simbólicos

El papel de la voz en la EPT: entremedios materiales y simbólicos

Juliene Marques Bogo
Felipe Augusto Barsch
Instituto Federal Catarinense
Blumenau-Brasil

Resumo

A Educação Profissional e Tecnológica se direciona a um processo de travessia rumo à formação integral. Assim, neste artigo, parte-se de tal proposta para pensar a categoria voz em seu sentido material e simbólico. Tal associação se realiza pelo entendimento de que a ocupação de espaços diversos na sociedade se dá, também, por meio da voz. Assim, este artigo tem como objetivo compreender o papel da voz na EPT, considerando seus entremeios materiais e simbólicos. Para tanto, conta com o aporte teórico de autores que discutem a voz, bem como de autores que se relacionam à Educação Profissional e Tecnológica, de forma a realizar-se um entrecruzamento de tais reflexões por meio da Análise de Discurso pecheutiana. Por meio da discussão realizada, pôde-se destacar o trabalho com a voz como uma forma de potencializar a formação integral e, por consequência, promover uma mudança social.

Palavras-chave: Linguagem; Formação Integral; Transformação social.

Resumen

La Educación Profesional y Tecnológica avanza hacia un proceso de travesía en dirección a la formación integral. En este artículo, tenemos base en esta propuesta para pensar la categoría voz en su sentido material y simbólico. Esta asociación se realiza a través de la comprensión de que la ocupación de diferentes espacios en la sociedad también se produce por medio de la voz. El objetivo de este artículo es comprender el papel de la voz en la EPT, considerando sus significados material y simbólico. Para ello, se cuenta con el aporte teórico de autores que discuten la voz, así como de autores que se relacionan con la Educación Profesional y Tecnológica, con el fin de cruzar estas reflexiones a través del Análisis del Discurso pecheutiano. Mediante la discusión, fue posible destacar el trabajo con la voz como forma de potenciar la formación integral y, consecuentemente, promover el cambio social.

Palabras clave: Lenguaje; Formación integral; Transformación social.

Introdução

Tanto a Educação Básica quanto a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) apresentam, em seu histórico e em seu presente, reflexos da divisão social do trabalho. Isto é, tal divisão, oriunda do desenvolvimento da produção, separou a população entre proprietários e não proprietários, bem como requereu uma organização educacional que atendesse suas demandas (Saviani, 2023). E é mediante tal necessidade que se criou e que se faz a manutenção do sistema escolar.

A cultura letrada, assim, historicamente se construiu de forma vinculada apenas às elites, deixando-se à margem os filhos dos trabalhadores, que eram educados somente por meio do trabalho. No entanto, com o avanço das atividades industriais, houve a necessidade de se educar formalmente, em certa medida, os filhos dos trabalhadores, mas de forma destinada somente a isso: a venda de sua força de trabalho (Saviani, 2023). Tal processo histórico gerou o entendimento de que o ensino regular e a educação de nível superior não possuem relação alguma com a educação profissional (Brasil, 1999).

Tal feito demarca um estigma referente à EPT, que, por meio de muitas disputas e contradições, hoje, especialmente no que se refere à esfera Federal, considerando-se a expansão e a consolidação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, atua de forma direcionada ao rompimento dessa dualidade histórica a partir da proposta de Formação Integral – tanto no que diz respeito à inclusão de todos e de todas, quanto no que se refere a uma formação completa, omnilateral, sem divisões. Para Ramos (2007, p. 554, grifo da autora), trata-se de:

Um projeto de educação profissional contra-hegemônico, ou seja, comprometido com a soberania da nação e com os interesses de sua classe trabalhadora, procuraria unificar organicamente a formação de trabalhadores de nível médio e superior nos campos da ciência, tendo como base uma formação omnilateral e politécnica. Esta, no nível médio, se fundamentaria na integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, superando a “rarefação” dos conhecimentos humanísticos e sociais, bem como a fragmentação entre formação geral e específica, ou humanista e científica, que caracterizou a história da educação brasileira. Esse ensino se apresentaria como uma síntese superadora do academicismo clássico e do profissionalismo estreito.

É nesse entremeio que se quer pensar a categoria voz. Isto é: seja no que diz respeito a seu caráter material, seja no que se trata de seu aspecto simbólico, qual é o papel da voz na proposta da EPT? Esse questionamento surge diante da hipótese de que, se se pretende promover uma formação integral da população e romper com uma dualidade histórica de

divisão social por meio da Educação, é possível que se queira, com isso, potencializar os espaços de vez e de voz da comunidade escolar envolvida. E é diante disso que se pretende, como objetivo deste artigo, compreender o papel da voz na EPT, considerando seus entremeios materiais e simbólicos.

Para percorrer tal trajeto de investigação, esta pesquisa se configura como bibliográfica e documental, direcionando-se a uma natureza básica e a uma abordagem qualitativa de análise (Marconi; Lakatos, 2017). Com isso, a partir de uma revisão literária referente à voz e à EPT, espera-se relacionar os sentidos que as entrecruzam de forma vinculada à Análise de Discurso pêcheutiana, especialmente no que diz respeito às noções de paráfrase e de polissemia (Orlandi, 2015).

Com isso, estrutura-se este artigo da seguinte maneira: nesta seção, apresentou-se a proposta da investigação; na seção seguinte, explora-se a categoria voz por meio de noções vinculadas a seu caráter material, bem como simbólico; na sequência, aborda-se a proposta da EPT de forma a realizar-se um entrecruzamento dos sentidos apresentados a fim de compreender o papel da voz na EPT; por fim, exibem-se as considerações finais às quais foi possível chegar com o estudo realizado

Materialidade e simbologia da categoria voz

Antes de tudo, considerando que a temática voz é amplamente matizada e apresentada como tônica de vários campos do conhecimento, necessário faz-se, ao transitar pelo caminho multidisciplinar conferido à voz, informar que nossa intenção, neste trabalho, é desenvolver pontos relevantes de um possível entrelaçamento teórico em torno desse objeto a partir da EPT, da voz artística e da Análise de Discurso, contudo, reconhecendo que o tema voz vai além dos estudos dessas diversas áreas. A partir disso e ao se referir à voz enquanto materialidade, pretende-se primeiramente considerá-la por meio das bases históricas e físicas.

No que diz respeito ao lastro histórico deixado pelo avanço na comunicação humana ao longo de sua evolução, observa-se que a retroação na historicidade humana conduz à percepção da elevação do mecanismo vocal nesse trajeto, o que teve início na imitação dos sons das outras espécies, aproximou-se do balbuciar dos recém-nascidos, avançou a uma linguagem com fala articulada restrita e, depois, sofisticou-se através das mais diversas manifestações culturais e estéticas, muitas delas debaixo de intenções e refinamento artístico (Costa; Silva, 1998).

O papel da voz na EPT: entremeios materiais e simbólicos

Em se tratando da base física, é possível afirmar que esta deve-se à consequente ação biológica e fisiológica empregada durante a produção da voz humana, que, apesar de sua “invisibilidade”, enquanto som, manifesta-se secundariamente frente a processos fisiológicos vitais, como a respiração e a deglutição, pois, segundo Behlau e Pontes (2009), após uma provocação inicial – *buzz* laríngeo –, a laringe é capaz de formar ondas que se propagam pelo ar transportando energia. Tal fenômeno se assemelha a uma pedra jogada num lago, que visivelmente forma ondas que partem do centro para as extremidades, ou, ainda, como no experimento científico conhecido como Placa de Chladni, no qual um gerador de ondas sonoras ligado a um alto-falante é conectado a uma placa quadrada e lisa e, tendo sido abastecido com algum elemento granular, como areia e limalha de ferro, exibe formas visuais com estética variada, demonstrando assim, que, os sons gerados pela voz humana em sua produção, também estão sujeitos às leis da Física e aos fenômenos da Ondulatória. Além disso, o caráter físico da voz humana pode ser considerado devido a sua mensurabilidade, que, enquanto instrumento musical aerofone, possui uma frequência fundamental e se apoia nas Propriedades do Som, a saber: timbre, intensidade, duração e altura.

Nesse contexto, de acordo com Med (2014), o timbre pode ser comparado mediante as frequências, fundamental e secundárias, que resultam dos diferentes coloridos sonoros, advindos da diferença dos materiais nos quais os instrumentos musicais são construídos, da distinção entre diferentes corpos e órgãos e da modificação sonora ocorrida pela ressonância e suas diferentes configurações do trato vocal. Ainda sob essa orientação, tem-se que a Intensidade, dá conta do volume no qual ouvimos os sons em sua possível aferição através da unidade de medida decibéis, e é portanto, a propriedade sonora responsável por proporcionar diferentes dinâmicas durante o desempenho musical em segmentos diversos.

Já a duração, conforme Archetti (2015) propõe, vale-se da noção do pulso e dos seus desdobramentos, ou, ainda, da referência do metrônomo em suas batidas por minuto para atestar a precisão do andamento musical, o que se pode perceber em meio a um texto poético ou musical interpretado juntamente à velocidade da fala e à fluência. Nessa mesma linha, há também a altura dos sons, que, na lida com a diferença entre os sons com baixas e altas frequências – graves e agudos -, vale-se da unidade de medida física “Hertz” e trata da entonação na qual utilizamos a voz.

Outrossim, é válido mencionar que esse processo fonatório se dá, antes de tudo, por meio de um corpo biologicamente dado e sob um biotipo corporal geneticamente singular, o

que se pode constatar pela diferença de comprimento do trato vocal – da glote à saída dos lábios e/ou nariz – e também pelas dimensões dos órgãos internos componentes desse trato em pessoas distintas, notadamente, pregas vocais, língua, palato mole, palato duro, úvula, dentes, os quais de acordo com Behlau e Rehder (2009), promovem mudanças no som inicialmente gerado pelo zumbido laríngeo por conta dos aspectos acústicos resultantes.

Além do mais, de acordo com Behlau e Rehder (2009), ao considerar o ato fisiológico-fonatório da fala e a produção da voz cantada pelo ângulo da Teoria Mioelástica-Aerodinâmica, assume-se que este se trata de um processo inter-relacional no qual a força aerodinâmica e a força dos tecidos musculares da laringe precisam equilibrar-se, alcançando uma pressão aérea ideal abaixo da glote e, ao mesmo tempo, um síncrono funcionamento dos mecanismos laríngeos responsáveis pela aproximação, afastamento e vibração das pregas vocais.

Tal processo, segundo Candé (2001), reafirma a realidade concreta da fonação, que evoluiu e sofisticou-se em meio a um admirável episódio adaptativo de função secundária. Ou seja, ultrapassou as funções primárias – respiratória e deglutiva – e requereu de seus executantes um proeminente desenvolvimento cerebral que se dá a partir de estímulos neurais capazes de precisar com detalhes os diversos ajustes desejados – idioma, afinação, rítmica, tipo de ressonância, entre outros – através do controle motor da laringe, por intermédio dos nervos recorrentes e durante a ativação de outros mecanismos, entre eles, os músculos conhecidos como pregas vocais.

Além do mais, ainda segundo Behlau e Rehder (2009), a peculiaridade dos resultados frente ao processo de produção de voz dependem da maneira como cada indivíduo desenvolve seu alinhamento postural; sua qualidade vocal; seu contexto de fala; suas capacidades físicas e psicológicas; e suas particularidades no que diz respeito ao trato vocal; além de também depender das características de emissão vocal por meio de ataques vocais isocrônicos, bruscos ou soprosos e das dinâmicas respiratórias em seu entrelaço, com os modos respiratórios – oral, nasal ou misto – e com os tipos respiratórios – clavicular, torácica, abdominal e costodiafragmático abdominal.

Detalhando a materialidade da produção vocal por meio de um passo a passo mediante a ação de vários órgãos do corpo humano, Behlau e Pontes (2009, p. 9) atestam que:

O papel da voz na EPT: entremeios materiais e simbólicos

1. Para emitirmos a voz e a fala, nosso cérebro dispara um comando central, que chega à laringe e aos articuladores dos sons da fala por meio de mensagens enviadas aos nervos específicos. 2. Inicialmente precisamos inspirar ar, ou seja, colocar o ar para dentro dos pulmões; para tanto, as pregas vocais devem estar afastadas. 3. Ao emitirmos a voz, as pregas vocais aproximam-se entre si, em posicionamento e tensão adequados, controlando e bloqueando a saída de ar dos pulmões. 4. O ar coloca em vibração as pregas vocais, que realizam ciclos vibratórios repetidos; quanto mais agudo o som, mais rapidamente esses ciclos acontecem. 5. As caixas de ressonância, principalmente a boca e a faringe, devem estar ajustadas para facilitar e amplificar a saída do som da boca para o ambiente. 6. Dependendo do som da fala a ser emitido, os articuladores, ou seja, lábios, língua, mandíbula e dentes, devem estar posicionados de modo específico.

Aprofundando ainda mais a sofisticação e a concretude da voz humana e tratando da Teoria Linear de Fonte e Filtro de produção da fala, Marusso (2005, p. 3), ao acomodar o conhecimento antes exposto, propõe que tal teoria “se divide em dois componentes primários: uma fonte, que provê a entrada acústica ao sistema; e um filtro, que modula essa entrada”. De outra maneira, Behlau e Pontes (2009), referindo-se a esse conceito, ressaltam que o papel da fonte está atrelado a duas importantes ações: a respiração e a fonação. Os mesmos estudiosos (2009) explicam ainda que, a respiração deve ser tida como impulsionadora da fonação, a qual somente se efetuará pela combinação do ar inspirado e expirado, com o fechamento e vibração das pregas vocais, pois tal processo culminará na geração de um zumbido laríngeo inicial, semelhante a vibração de um celular, zumbido este que ainda não representa a voz, conhecida por todos, devido à sua fraca intensidade e diferença em relação às vogais e consoantes conhecidas. Assim, torna-se necessário, portanto, que esse som inicial flua por todo o trato vocal, modifique-se ao percorrer estruturas internas – obstáculos ou aberturas –, atinja as linhas de partida do trato vocal como a boca e/ou o nariz e seja lançado para o exterior, através do processo físico chamado ressonância, pelo qual se perceberá as modulações geradas durante o percurso.

Considerando o que já fora exposto quanto à materialidade da voz, cabe avançar para intencionalidade do processo vocal humano, que, muito superior aos animais de comunicação desenvolvida, como os golfinhos, elefantes, babuínos e araras, diz respeito a um planejamento mental prévio que nos permite emitir e receber mensagens por meio de códigos e canais de comunicação e também mediante métodos variados, como a argumentação, o ensino, a narração de histórias, a interpretação de canções, a atuação cênica, entre outros.

Para Saviani (2015, p. 286), “Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de

transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura)”. Com isso, o ser humano também explora sua potência comunicativa, que se reflete, entre outras formas de linguagem, por meio da voz. Essa voz que, por meio de sua materialidade verbal, narra, canta, educa e orienta, de forma intencional, caracterizando ainda mais as especificidades humanas por meio da cultura.

A voz, nesse sentido, conecta-se diretamente ao dizer e ao significar, o que se vincula diretamente ao fazer ideológico. Com a comunicação/discursivização, assim, o homem passa a significar e utiliza a voz como um dos instrumentos de materialização desses significados. Para Althusser (1985), é nesse processo de materialização dos sentidos que se efetiva a interpelação dos sujeitos por meio da ideologia. Com isso, destaca-se que os sentidos que mobilizamos não se referem a algo natural, que já estava posto; pelo contrário, os homens constroem socialmente os sentidos e os reproduzem, realizando-se, assim, a manutenção dos sentidos por meio dos dizeres, dos fazeres, da manifestação da voz.

Com tal processo, observa-se que, quando se trata da categoria voz, para além de outras possibilidades de reflexão, não nos remetemos apenas à sua materialidade física, mas partimos também de sua materialidade histórica para refletir a respeito de sua manifestação como artefato simbólico, o que se conecta ao ideológico, ao político - isto é, ao fazer humano. Com base nisso, pode-se afirmar, de acordo com Pêcheux (2014, p. 147), que “[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade”. Ou seja, o fazer humano é o que constitui os sentidos e configura a memória discursiva de cada sociedade, isso porque os significantes não possuem o mesmo significado, eles são lidos de forma distinta a depender tanto da constituição social quanto da posição de cada sujeito.

A memória discursiva – o interdiscurso – refere-se, portanto, a “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2015, p. 31). Isso porque os sentidos não são construídos do zero. É por meio da voz de outros, que constituem e fazem a manutenção dos dizeres e, conseqüentemente, dos sentidos, que significamos não somente o mundo, mas a nós mesmos.

Assim, por meio dessa configuração social que é própria da língua, que se manifesta no verbo e, por consequência, na voz, o sujeito se significa. Significa-se diante do outro – do interdiscurso – e dos outros – seus interlocutores, que também afetam o seu dizer (Orlandi, 2017). Sobre esse processo, Pêcheux (2014, p. 147) explica que “[...] as palavras, expressões,

O papel da voz na EPT: entremeios materiais e simbólicos proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições [...]”. Tal reflexão permite afirmar que, ainda que mobilizem a voz para dizer o mesmo, os mesmos efeitos de sentidos não serão necessariamente colocados em cena. Isso porque, para além do exercício da voz, é necessário haver o espaço de interlocução, a ocupação de posição, a construção da vez.

Com base nessa perspectiva, é possível dizer que potencializar a voz e os espaços de voz e vez, é uma ação essencial do ambiente escolar, especialmente quando se trata de instituições que visam à superação da dualidade promovida pela divisão social do trabalho. Isto é, de acordo com Bagno (2012, p. 75), “[...] não basta ter o que dizer. É preciso saber dizer o que se tem a dizer: saber usar os múltiplos recursos que a língua oferece para a interação social. E isso é função imprescindível da escola: ensinar a dizer”. E é com base nessa reflexão que se apresenta a próxima seção.

A voz na EPT

A fim de pensar a EPT, é importante considerar que tanto a educação quanto o trabalho são fenômenos inerentes aos seres humanos (Saviani, 2015). Isto é, desde as comunidades primitivas, a humanidade se constituiu simultaneamente pelo trabalho e pela educação. Assim, a fim da sobrevivência e da continuidade da própria espécie, trabalha-se intencionalmente com o intuito de modificar a natureza com o intuito de suprir as necessidades para a existência, o que era necessário ser repassado aos demais integrantes, de forma educativa.

Diferentemente de tal modo organizacional relacionado à comunidade tribal, em que havia a apropriação coletiva da terra e dos instrumentos de trabalho e, conseqüentemente, da educação; a partir do desenvolvimento da produção, constituiu-se a divisão social do trabalho. Ou seja, passa-se a ter proprietários e não proprietários, o que se reflete nos modos de organização da educação (Saviani, 2007).

A educação, com base nessa divisão social, passa também a ser dual: a primeira “[...] centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho” (Saviani, 2007, p. 155). Desse modo, os filhos dos proprietários acessavam uma educação formal, destinada, inclusive, à continuidade dos estudos; por outro lado, os filhos dos não proprietários -

escravizados, serviçais, trabalhadores - ficavam reduzidos a um processo formativo obtido exclusivamente voltado para a mão de obra, sem possibilidade de formação futura.

Com as necessidades advindas da evolução no mundo do trabalho, demandou-se, também, uma formação básica e profissional para os filhos dos não proprietários. Ou seja, formaliza-se, desse modo, a Educação Profissional. No Brasil, a federalização da Educação Profissional ocorreu em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Padoin e Amorim (2016, p. 5) explicam tal contexto ao mencionar que:

As Instituições de ensino profissional e as tendências de alfabetismo técnico apresentam-se dentro de um projeto maior de Governo, com objetivos de regeneração social, aumento da capacidade produtiva do cidadão e legitimidade da nova ordem. Outrossim, formar mão-de-obra para um mercado de trabalho em expansão e cada vez mais diversificado e suprir crescimento da agricultura, estradas de ferro, indústria, etc. Portanto, na primeira República, a educação profissional assenta-se no sentido de institucionalizar a educação profissional, com o objetivo de atender a nascente indústria que está por se consolidar no País.

Tal caráter mecanicista se reflete na ideia de Educação Profissional até os dias atuais, especialmente pela herança escravocrata e colonialista brasileira, que resume a formação profissional à ideia de trabalho vinculado apenas a seu sentido histórico. Em outros termos, resume-se tal modalidade educativa de forma direcionada àqueles que somente possuem sua mão de obra para a venda, dissociando tal percurso, portanto, de uma cultura letrada e do trabalho em seu sentido ontológico.

A fim do rompimento com tal perspectiva e de superar a dualidade educacional, surge a proposta de Educação Profissional e Tecnológica, a EPT. Ramos (2021, p. 30) explica que não se trata apenas da adição de um adjetivo, mas sim de um direcionamento a “um princípio filosófico da educação de trabalhadores e trabalhadoras e seus filhos, referente à educação integral, omnilateral desses sujeitos”. A autora (2021, p. 29-30) ainda explica que tal proposta “[...] proporciona aos estudantes e aos trabalhadores a apreensão dos fundamentos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna”.

Perante tal direcionamento, observa-se que, após muitos anos e disputas no que se refere à formação de trabalhadores, há uma vontade de romper com o movimento parafrástico de se pensar a educação profissional e de fazer sua manutenção a fim de, somente, formar mão de obra para o mercado de trabalho. Ou seja, ao se pensar uma formação tecnológica não como apenas para trabalhadores, mas como uma formação

integral, direcionada a todos, expressa-se um movimento polissêmico na mobilização dos sentidos a respeito desse processo educativo. Orlandi (2015, p. 36) explica que:

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. [...] Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação.

É com base, portanto, nessa proposta polissêmica de formação que, em 2008, derivados historicamente das Escolas de Aprendizes Artífices, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o território nacional.

Em sua lei de criação, 11.892/2008 (Brasil, 2008), estabelece-se, como uma das finalidades e características de tais instituições, a ação de “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”. Dessa maneira, entre tantas outras ações, observa-se que a criação dos institutos se direciona à integração da educação básica à educação profissional e superior, especialmente considerando a proposta de verticalização, em que se possibilita formar o cidadão, desde a educação básica até os níveis mais altos de formação, como a pós-graduação *stricto sensu*, em uma mesma instituição.

De forma relacionada à tal proposta, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), determina, em seu Art. 39, que “A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II) de educação profissional técnica de nível médio; III) de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”. Assim, além da oferta de cursos variados, em etapas distintas de formação, os Institutos também prezam pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que amplia suas ações para além da comunidade escolar.

Diante desse breve panorama, pode-se dizer que, com a EPT, objetiva-se o rompimento com a dualidade educacional a fim de viabilizar uma travessia rumo à formação integral voltada para todos, especialmente considerando a oferta do ensino médio integrado à EPT, pois:

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade mas mudar as condições em

que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política, garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 43).

Com base em Frigotto, Ciavatta e Ramos, portanto, pode-se dizer que se espera, com tal perspectiva de educação, proporcionar uma transformação da sociedade, possibilitando as mesmas oportunidades formativas, de continuidade de estudos e de inserção no mundo do trabalho para todos os cidadãos. Assim, pode-se dizer que é possível realizar uma aproximação, um movimento paráfrase no que diz respeito à proposta de formação integral, priorizada na EPT, e ao direcionamento à ação de potencializar a voz desses sujeitos em formação para que possam se valer de sua vez. Quanto a isso, pode-se contar com a reflexão de Machado (2010, p. 89) quando explica que:

Para tanto, faz-se necessário selecionar e organizar conteúdos que viabilizem o conhecimento da realidade vivida e das experiências desses sujeitos, que reafirmem seu potencial de protagonistas da história e da cultura. O processo educativo da modalidade do ensino integrado pode, para tanto, recorrer a propostas de ação didática que dialoguem e contribuam para o desenvolvimento de formas organizativas de alunos e professores que sejam instâncias mediante as quais possam contribuir para intervir na realidade social em que vivem (Machado, 2010, p. 89).

Desse modo, é possível dizer que, para isso, não basta priorizar o ensino-aprendizagem dos conhecimentos sistematicamente acumulados pela sociedade - teóricos e práticos -, pois é necessário, para além disso, a aplicação de tais conhecimentos por meio da oralização, por meio da voz. Logo, como afirma Machado (2010), é necessário reafirmar o papel de protagonista desses agentes escolares, fazendo com que seja possível, também, uma transformação social. Assim, pode-se entender que, de forma reduzida à conteúdo e à técnica, há um movimento parafrástico com a proposta de Educação Profissional que por muito tempo foi feita no Brasil; mas quando se dá espaço para uma trajetória vinculada à EPT, direcionada à formação integral, ademais de conteúdos e de técnicas, há a preocupação com o todo, o que se vincula à criticidade, à atuação cidadã e às múltiplas possibilidades de uso da voz e da vez em prol de uma mudança social. Portanto, pode-se afirmar que potencializar o uso da voz - em seu sentido material e político - também é tarefa da proposta de Formação Integral, pois para o desenvolvimento de tecnologias, para o avanço do conhecimento e das

O papel da voz na EPT: entremeios materiais e simbólicos
diversas manifestações culturais humanas, é necessária a expressão que nos é própria e que, muitas vezes, querem-na silenciada: a voz.

Considerações finais

Este artigo foi desenvolvido com base na seguinte problemática: seja no que diz respeito a seu caráter material, seja no que se trata de seu aspecto simbólico, qual é o papel da voz na proposta da EPT? Tal questionamento surgiu diante da lacuna referente a esse entrecruzamento, pois se discute sobre formação de maneira muito direcionada à mobilização de conteúdos, ou seja, sob um viés mais curricular, mas é importante levar em conta o uso social do conhecimento, o qual perpassa pelo verbo, seja de maneira escrita ou oralizada, isto é, percorre-se pelo uso da voz.

Diante disso, estipulou-se como objetivo a ação de compreender o papel da voz na EPT, considerando seus entremeios materiais e simbólicos. Para tanto, assim como se discutiram os aspectos relacionados à manifestação física da voz, também se abordaram questões vinculadas a seu aspecto simbólico, especialmente no que diz respeito à questão ideológica vinculada aos sentidos materializados na ação verbal.

Ademais, também se destacou a trajetória da Educação Profissional, considerando os aspectos voltados à dualidade educacional, que se origina com a divisão social do trabalho e deixa suas marcas na educação até os dias atuais. Com isso, foi possível entender como a proposta da EPT, especialmente de forma vinculada à esfera federal com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dialoga diretamente com uma proposta de travessia, rumo à formação integral e à superação da dualidade educacional. Não se trata de uma proposta de formação conquistada, mas sim de um projeto educativo que ainda está por se fazer.

Com isso, foi possível compreender que potencializar o uso da voz de maneira consciente, intencional, é também papel da escola quando se pensa numa proposta de formação integral, ainda mais quando se refere a um projeto de transformação social, para o qual se espera o papel ativo dos sujeitos escolares. Isto é, em diálogo com a formação integral, espera-se oportunizar a transformação por meio da ocupação de novos espaços antes não permitidos aos filhos dos trabalhadores, e tal travessia também se faz pelos modos de dizer, de mobilizar a voz para consagrar a vez.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARCHETTI, Marcos. **Improvisação: um método para a construção da liberdade**. 2015

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BEHLAU, Mara; PONTES, Paulo. **Higiene vocal: cuidando da voz**. Thieme Revinter Publicações LTDA, 2009.

BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. **Higiene vocal: Para o canto coral**. Revinter, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. 1999. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

CANDÉ, Roland de. **História universal da música**. Tradução de Eduardo Brandão e Marina Appenzeller, São Paulo: Martins Fontes, 2001, v 2.

COSTA, Henrique Olival; SILVA, Marta Assumpção de Andrada. **Voz cantada: evolução, avaliação e terapia fonoaudiológica**. Lovise, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

MACHADO, Lucília. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p.80-95.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARUSSO, Adriana Silvia. **Princípios básicos da teoria acústica de produção da fala**. 2005.

MED, Bohumil. **Teoria da Música–Livro de Exercícios com Gabarito**. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Eu, Tu, Ele: discurso e real da história**. Campinas: Pontes, 2017.

PADOIN, Egred; AMORIM, Mário Lopes. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. p. 1-14.

Disponível em:

https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473984255_ARQUIVO_ARTIGOSNHCTE NVIADO.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

RAMOS, Marise. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5, n. 3, p. 545-558, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/wHKGs8ZFRthbvZdzgmFCmG/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RAMOS, Marise. Educação Profissional e Tecnológica: (re)conceituando a (contra)hegemonia. In: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos (orgs.). **As bases conceituais na EPT**. 1. ed. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. p. 28-43.

RODRIGUES, Gabriela; PEDROSA VIEIRA, Vanessa; BEHLAU, Mara. **Saúde Vocal, Profissionais da voz. São Paulo/SP: Centro de Estudos da Voz**, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.** v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 7, n. 1, p. 286-293, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. 1.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2023. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2024.

Sobre os autores

Juliene Marques Bogo

Professora EBTT do Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau. Doutora em Ciências da Linguagem, pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Vice-líder do grupo de pesquisa em Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (IFC).

E-mail: juliene.marques@ifc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5347-8815>

Felipe Augusto Barsch

Professor de Canto Popular na Escola de Música Villa-Lobos da Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior de Joinville. Especialista em Educação Musical com ênfase na Música Popular, pelo Centro Universitário do Sul de Minas e Mestrando no ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Federal do Instituto Federal Catarinense.

E-mail: felipe.barsch@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8609-18627>

Recebido em: 17/07/2024

Aceito para publicação em: 03/05/2025